



Sintunesp

Publicação especial com os debates e deliberações do
IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp

GESTÃO
**'TRABALHO e
PERSEVERANÇA'**
(2012-2015)

“Sintunesp: 25 anos de lutas e conquistas”



De 2 a 5 de dezembro de 2014, o Sintunesp realizou o **X Congresso dos Trabalhadores da Unesp**.

Os delegados presentes, vindos da maioria das unidades, protagonizaram debates de alto nível e demonstraram um grande comprometimento com o fortalecimento da entidade. Foram feitas avaliações sobre a trajetória do Sindicato no último período e aprovadas diretrizes de trabalho para o próximo.

Para todos os pontos debatidos – assédio moral, sucateamento do serviço público, o Iamspe e a saúde do servidor, as centrais sindicais e o Sintunesp, a importância do “Chapão das Entidades, entre outros – foram definidas propostas de luta e reação, que podem ser conferidas neste caderno.

A Diretoria Colegiada do Sintunesp, a Comissão Organizadora do X Congresso e os delegados que dele participaram convidam a categoria a fortalecer a entidade e a participar ativamente das lutas que virão.

Afinal, são os interesses coletivos da categoria, da universidade pública e da classe trabalhadora que estão em jogo!

X Congresso dos Trabalhadores da Unesp

Águas de São Pedro, 2 a 5 de dezembro de 2014

Cobertura dos debates e resoluções que serão o farol das lutas que vêm por aí

Sumário

- A abertura do X Congresso dos Trabalhadores da Unesp.....3
- Balanço dos últimos três anos no Sindicato.....3 e 4

Os temas debatidos

- O “toyotismo acadêmico na base da ampliação do assédio moral na Universidade.....4 e 5
- Homenagem a Regina Célia Leal5
- O sucateamento do serviço público no estado de São Paulo.....6
- A importância do lamspe na saúde do servidor.....7
- Centrais sindicais: História de lutas, estrutura e conjuntura atual.....7 a 9
- Chapão: A importância da nossa participação nos órgãos colegiados.....9 e 10
- Debate sobre o Imposto Sindical.....11
- Propostas aprovadas na plenária final.....12 a 15
- Moção contra a repressão.....15



Comissão organizadora do X Congresso

- . Aparecida Saturnino Mesquita Romero (São José do Rio Preto), presidente da comissão;
- . João Carlos Camargo de Oliveira (São José do Rio Preto);
- . Jonas Roberto Rubio Alves (Jaboticabal);
- . Reinaldo Cervatti Dutra (Bauru);
- . Valtenir J. Ferreira Souza (Rio Preto)
- . Roberto Carlos Ferreira (Franca).

Apoio: Noemi Segecs Lapa e José Aparecido Rosalem.

X Congresso foi aberto sob o impacto das vitoriosas lutas de 2014

A mesa de abertura do X Congresso dos Trabalhadores da Unesp, no dia 2/12, contou com representantes de duas entidades irmãs, que também compõem o Fórum das Seis: a Adunesp e o Sintunesp, sindicato que representa professores e funcionários das escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs). Carlos Alberto Anaruma, docente em Rio Claro e diretor da Adunesp, e Denise Rykala, diretora do Sintunesp, foram saudados pelo coordenador político do Sintunesp, Alberto de Souza, e pela presidente da comissão organizadora do Congresso, Aparecida Saturnino Mesquita Romero, a Cida, de Rio Preto.

As falas de todos eles fizeram referência à recém-encerrada greve nas universidades estaduais paulistas, que chegou a quatro meses de duração. “Nesta greve, conseguimos recuperar e fortalecer um ingrediente fundamental nas nossas lutas, que é a união entre os três segmentos”, destacou Anaruma.

Dirigindo-se especialmente aos mais novos, Denise lembrou que o Centro Paula Souza – que mantém as ETECs e FATECs – é vinculado e associado à Unesp desde a criação da Universidade, em 1976, embora as finanças das duas instituições sejam separadas. Por conta do vínculo, os trabalhadores das ETECs e FATECs sempre tiveram direito aos mesmos reajustes oferecidos pelo Cruesp, realidade que mudou

a partir de 1996, com a chegada do tucano Mário Covas ao governo do estado. “Nossa luta é para que o governo volte a respeitar a legislação e nos pague os índices do Cruesp”, explicou Denise.

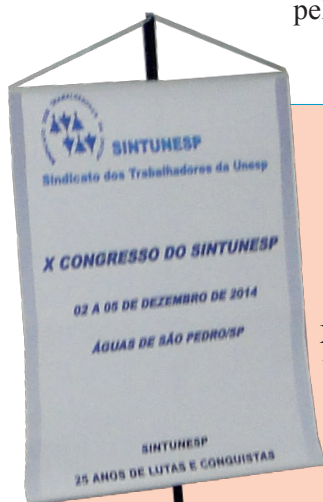
Falando em nome do Sintunesp, Alberto agradeceu aos convidados e elogiou o espírito solidário e combativo das entidades irmãs. “Unidas, nossas entidades se fortalecem para enfrentar a tentativa de sucateamento da educação pública, lutando por mais verbas para as universidades e por condições dignas de salário e de trabalho para todos”, frisou. “A unidade na luta também é importante para combatermos essa escalada repressiva dos reitores contra os trabalhadores e os estudantes.”

Balanco dos três anos

No dia seguinte à abertura, teve início o debate dos temas previstos para o X Congresso. O coordenador político do Sintunesp historiou rapidamente os principais momentos entre o atual e o último congresso, realizado no final de 2011. A luta pela equiparação entre os servidores técnico-administrativos das três universidades esteve na linha de frente em 2012 e



Da esq. p/ a dir.: Reinado, Alberto e Cida (Sintunesp), Anaruma (Adunesp) e Denise (Sinteps), na mesa de abertura do Congresso



Mote homenageou ‘bodas de prata’ do Sindicato

A frase central que deu nome ao X Congresso dos Trabalhadores da Unesp foi uma homenagem aos 25 anos de criação do Sintunesp. A entidade nasceu em Jaboticabal, num congresso realizado de 7 a 9 de setembro de 1989, com a participação de servidores de todos os *campi*.



2013. “Embora ainda falte

bastante para a conquista integral deste direito, é indiscutível que obrigamos a reitoria a discuti-lo conosco e tivemos avanços decorrentes da nossa luta”, disse.

Para Alberto, a forte greve de 2014 mostrou o potencial de organização e resistência da categoria. “Porém, sabemos que o nível de participação dos servidores no Sindicato ainda tem muito a crescer”, destacou ele, citando a necessidade de ampliar o quadro de filiados da entidade. “Quanto mais filiados tiver, mais forte será o nosso Sindicato.”

Após a intervenção do coordenador político do Sintunesp, vários delegados se manifestaram. José Aparecido Castelli, de Bauru, por exemplo, opinou que é tarefa dos sindicatos mostrar que a tão comentada “crise” existe,



Alberto, coordenador político do Sintunesp, faz um balanço dos últimos três anos

sim, mas não foi feita pelos trabalhadores. “Não podemos e não vamos pagar por ela.”

Tiago Borguezon, de Rio Claro, lembrou que o projeto de desmonte da universidade começa com quem reproduz a política

do governo em seu interior. “É importante lembrar que somente nós, representantes dos trabalhadores, mais alguns dos docentes e de outras entidades sindicais, é que levantamos o assunto nas reuniões dos colegiados”, pontuou. Para ele, é decisivo fortalecer as entidades sindicais. “Se desconstruírem o Sintunesp e a Adunesp, acaba qualquer reação”.

Os temas debatidos no X Congresso

O “toyotismo acadêmico” na base da ampliação do assédio moral na Universidade

Na Universidade, é cada vez mais nítida a transposição de um tipo de organização, presente nas grandes empresas, que prioriza a produtividade do trabalho – produzir mais, em menos tempo, com menos pessoal. O objetivo, explícito na política do atual governo, à frente do estado há 20 anos, e impulsionado pelas reitorias, é o de direcionar a produção do conhecimento para os interesses empresariais. O resultado, entre outros, é a intensificação do assédio moral no meio acadêmico.

As afirmações são do professor de Sociologia Fábio Kazuo Ocada, do *campus* da Unesp de Marília, diretor da Adunesp, convidado a palestrar sobre o tema “Trabalho e assédio moral”, durante o X Congresso.

Filho de pais que emigraram para o Japão na década de 90, ele testemunhou de perto os efeitos das rápidas e drásticas mudanças vividas pela economia local. De volta ao Japão



O professor Fábio, da Adunesp, fala sobre assédio moral

e automóveis. Naquele ano, cursava a graduação em Ciências Sociais na Unesp de Araraquara. O tema o acompanharia no mestrado e no doutorado.

Um pouco de história

A expansão da industrialização no início do século XX deparou-se com vários problemas na organização do trabalho, que limitavam a produção das mercadorias. O empreendedor Henry Ford (criador da Ford Motor Company) e o engenheiro Frederick Winslow Taylor, ambos norte-americanos, apontaram as mudanças que deveriam ser feitas. Basicamente, propuseram a hierarquização do trabalho e a organização da indústria em linhas de produção, reservando a cada operário uma função específica, com controle rígido do tempo. Esse sistema,



em 1995, desta vez para aprofundar sua pesquisa sobre as condições de vida dos trabalhadores japoneses e as razões que levaram o país a tornar-se vitrine capitalista nas décadas de 80 e 90, ele teve a oportunidade de trabalhar por três meses na linha de montagem da Suzuki, empresa produtora de motos



que acabou conhecido como fordismo-taylorismo, muito bem retratado no filme “Tempos modernos”, do genial Charles Chaplin, acabou se espalhando pelo mundo.

Com o aprofundamento da crise capitalista após a 2ª Guerra Mundial, o fordismo-taylorismo entrou em declínio. Para combater a crescente exploração, os trabalhadores foram fortalecendo sua organização nos sindicatos, o que fez acender a luz vermelha no mundo ocidental. Era preciso buscar novos modelos de gestão, reorganizar as formas de trabalho para assegurar a produção e o comércio das mercadorias.

Nos anos 70, Taichi Ohno, engenheiro da Toyota, debruçou-se sobre o problema, compilou vários modelos de gestão ao redor do mundo e implantou um novo formato na empresa. Nascia o toyotismo, que levaria a moribunda economia japonesa ao posto de segunda do mundo a partir da década de 80.

As grandes mudanças introduzidas pelo toyotismo foram:

- Contratar um número mínimo de trabalhadores pela empresa e terceirizar a maioria. Com a fragmentação do coletivo dos trabalhadores, é menos provável uma organização sindical. Além disso, é possível ampliar as contratações temporárias, descartando os trabalhadores mais facilmente em épocas de baixa na produção;



- Acelerar o ritmo e a qualidade da produção, de modo a eliminar os estoques. É o conceito ‘just in time’, ou seja, produzir apenas o que se vende.

O professor Fábio salienta que, para garantir o novo sistema, foi necessário “mexer com a cabeça” dos trabalhadores. Assim, um intenso trabalho de ideologização acompanhou a implantação do toyotismo. “Vestir a camisa” da empresa passou a ser determinante. Além disso, estímulo à competição entre trabalhadores e presentes aos seus familiares.

A partir do êxito no Japão, o novo modelo tornou-se referência no mundo, e hoje quase todas as grandes empresas o adotam. Bem sucedido na tarefa de revitalizar a produção, conseguiu ampliar em níveis jamais vistos a exploração do trabalho.

O toyotismo na produção do conhecimento

A partir dos anos 90, a terceirização da contratação de mão de obra aumentou drasticamente no Brasil, inclusive nas universidades. Além de criar

uma camada de trabalhadores hiper explorados, com salários e benefícios menores, os efeitos da terceirização sobre a organização sindical são evidentes: nas greves, eles não param.

O palestrante destaca que, nos últimos 20 anos, em sintonia com a política do PSDB no governo, as gestões reitorais têm procurado direcionar a produção do conhecimento científico para os interesses empresariais, nem sempre sintonizados com os interesses da maioria da população.

O estímulo às saídas individuais, como a busca de financiamento privado para as pesquisas, fomenta a competição entre pesquisadores. Para compensar a drástica redução de pessoal, a saída é a intensificação do trabalho: de 1995 a 2013, por exemplo, o número de servidores técnico-administrativos na Unesp caiu 8,5% e o de docentes subiu insignificantes 6,7%, enquanto o de alunos de graduação aumentou 84,9% e o de alunos da pós-graduação elevou-se 168,3%.

“O produto disso é um grande processo de alienação do trabalho, e um dos resultados mais cruéis é o adoecimento físico e psíquico, com doenças como a depressão, a síndrome do pânico, o alcoolismo e outros”, prossegue o palestrante. Os chefes (docentes e servidores) são estimulados a expandir a pressão sobre os trabalhadores. “Neste cenário, vemos o aumento do assédio moral, que nada mais é do que o tipo de sociabilidade que emerge destes princípios de organização do trabalho, que fazem o trabalhador ver no seu igual um concorrente e não um companheiro de classe.”

Para o professor Fábio, a luta contra o assédio moral deve ser encarada como vital para as entidades sindicais: “Nosso trabalho como militantes é mostrar que o assédio moral é um problema coletivo, não individual, parte de um grande contexto de luta de classes, estratégia de dominação do capital sobre o trabalho. Temos que intensificar a nossa organização sindical e a unidade política entre os segmentos, como forma de transformar essa realidade.”



Homenagem

Os participantes do X Congresso fizeram uma homenagem a Regina Célia Leal, funcionária da USP de Ribeirão Preto e uma das principais militantes do país contra o assédio moral, falecida em 18 de outubro passado.

Tivemos a honra de conhecê-la durante o IX Congresso dos Trabalhadores da Unesp, no final de 2011, quando ministrou palestra sobre o tema, emocionando com sua história e sua determinação. Em 2000, quando pouco se falava nesse assunto, ela teve a coragem de denunciar o professor que a assediava. Foi a primeira trabalhadora do país a ter a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) por assédio moral reconhecida pelo INSS. Em 2011, a justiça condenou a USP a lhe pagar uma indenização por danos morais, fato inédito numa universidade pública até então.

As marcas mal cicatrizadas desta história e tristezas que não deixava transparecer no sorriso sempre exposto levaram-na a um ato extremo contra a própria vida. Mas seu legado é imenso e os frutos de sua militância serão colhidos ainda por muito tempo.

Os encaminhamentos aprovados para o combate ao assédio moral estão na pág. 12

Os temas debatidos no X Congresso

O sucateamento do serviço público no estado de São Paulo

Convidado a falar no X Congresso dos Trabalhadores da Unesp sobre “O sucateamento do serviço público no estado de São Paulo”, Narciso Fernandes Soares, do Sindicato dos Metroviários, procurou situar o tema sob o ponto de vista do conjunto da população.

“Quando falamos em serviço público, logo vêm à mente das pessoas os transportes, a saúde e a educação”, diz o palestrante. Mas poucos param para pensar que, dos dois lados, há trabalhadores, tanto do lado dos que atuam no serviço público, quanto do lado de quem é atendido por eles. E isso fica nítido quando uma categoria do funcionalismo decide fazer greve: o mais comum é que os trabalhadores privados e até mesmo outros servidores critiquem o movimento, sentindo-se prejudicados.

Também é comum o servidor público visualizar a pessoa que está atendendo como alguém indesejável. “Às vezes, perdemos o foco de quem é a população que estamos atendendo, esquecendo que a maioria é trabalhadora.”

Para Narciso, essas contradições são estimuladas pelo governo e pela classe dominante. Além de fragmentar os trabalhadores ideologicamente, o objetivo é desacreditar o serviço e facilitar sua privatização, especialmente quando se trata de setores considerados lucrativos pelo grande capital. “Há uma campanha dizendo que o Estado não tem condições de oferecer serviço público com qualidade, coisa que a iniciativa privada conseguiria. Por esse motivo, seria preciso terceirizar ou privatizar”, prossegue Narciso.

Para ele, é fundamental acabar com o mito de que, se privatizar,



Narciso, do Sindicato dos Metroviários, defende a unidade das categorias em defesa do serviço público

o serviço melhora. O caso da água em São Paulo é um exemplo revelador. Após a privatização da Sabesp, rapidamente foram diminuindo os investimentos em pesquisa, pois o objetivo central da empresa passou a ser o lucro. Um dos resultados está se vendo agora: a crise hídrica.

Outro mito a ser desmascarado, segundo o dirigente metroviário, é que os serviços públicos, em geral, não são autossustentáveis e não dão lucros. Ele cita o caso do metrô de São Paulo, que estampa em seu balanço social uma economia anual de mais de R\$ 5 milhões, como resultado da

diminuição da poluição, dos acidentes etc. “Esse tipo de lucro não interessa aos empresários, assim como não é interessante para eles construir novas linhas de metrô na periferia, ainda que sejam socialmente relevantes.”

No debate sobre a corrupção, há outro mito a ser rompido, enfatiza Narciso. A grande imprensa não deixa claro quem mais ganha com ela, em primeiro lugar, que são os empresários, e ainda costuma apontar como “solução” para o problema uma maior precarização do serviço público, por meio da terceirização e da privatização.

Unidade das categorias

Narciso defende a luta conjunta das categorias – tanto do funcionalismo, quanto do serviço privado – pela melhoria dos serviços públicos e contra a sua transformação em mercadoria.

Os encaminhamentos aprovados neste tema estão na pág. 13



Os temas debatidos no X Congresso

A importância do Iamspe na saúde do servidor

Os limites, virtudes e abrangência do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe) foram abordados por Sylvio Micelli durante o X Congresso dos Trabalhadores da Unesp.

Jornalista por formação, Micelli trabalha há 23 anos no Tribunal de Justiça de São Paulo e é vice-presidente da Associação dos Servidores do órgão. Desde 2000, por indicação de sua associação, passou a militar em defesa de melhorias no Iamspe. A partir de 2007, foi indicado para a presidência da Comissão Consultiva Mista (CCM), criada há 30 anos para defender melhorias e mais recursos públicos para o Iamspe.

A CCM reúne-se mensalmente em São Paulo, em encontros abertos e que contam com cerca de 120 pessoas. O Sintunesp é representado na CCM pela companheira Rosana Bicudo, do *campus* de Botucatu.

Os serviços do Iamspe desti-

nam-se aos servidores públicos autárquicos, ou seja, não abrangem os celetistas. De acordo com informações do órgão, além do Hospital do Servidor Público Estadual, localizado na capital, os usuários do Iamspe contam com uma rede com aproximadamente três mil médicos e vários hospitais credenciados em cerca de 200 municípios. O total de servidores usuários gira em torno de 1,3 milhão, além de filhos e cônjuges.

Segundo Micelli, na base da Unesp, somente as cidades de Rosana e Ilha Solteira não dispõem de nenhum atendimento pelo Iamspe.

O palestrante assinala que o maior problema do Iamspe é financeiro. Enquanto o servidor contribuiu com 2% do salário, o governo nunca cumpriu a



Micelli é membro da CCM do Iamspe

sua parte com mais 2%. “A grande reivindicação da CCM é que o governo contribua paritariamente, pois isso permitiria melhorar e ampliar muito o atendimento.”

Todos os anos, por ocasião da votação da Lei Orçamentária Anual (LOA), na Assembleia Legislativa, a CCM faz campanha para que isso aconteça, ainda sem sucesso. “Conclamo os presentes e todos os servidores da Unesp a pressionarem os deputados de sua região para que votem a favor dessa reivindicação”, encerra Micelli.

Os encaminhamentos aprovados neste tema estão nas págs. 13 e 14

Centrais sindicais: História de lutas, estrutura e conjuntura atual

A série de palestras do X Congresso dos Trabalhadores da Unesp foi encerrada com um debate sobre as centrais sindicais.

O objetivo foi aprofundar a discussão na categoria sobre a relação do Sintunesp com as centrais sindicais. Nosso Sindicato esteve filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) até 2004. Naquele ano, por ocasião do VII Congresso dos Trabalhadores da Unesp, a decisão foi desfilia-



o Sindicato daquela Central. Um dos trechos da resolução dizia: “Houve um consenso de que a CUT foi um

dos principais instrumentos de luta criados pelos trabalhadores nos últimos anos, mas que o grau de adesão e colaboração da Central com o governo neste momento, francamente contra os interesses da classe trabalhadora (como no caso de apoio às reformas), aponta que a situação chegou a uma nova etapa.”

Desde então, nos congressos que se seguiram e em outras oportunidades, a relação do Sintunesp

Os temas debatidos no X Congresso



Da esq. p/ a dir., Paulo Nobre (CTB), Adi dos Santos (CUT) e Magno de Carvalho (CSP-Conlutas)

com as centrais vem sendo discutida. Neste X Congresso, participaram representantes CUT, da Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas (CSP-Conlutas) e Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Paulo Nobre, diretor do Sindicato dos Professores de Campinas e Região (Sinpro), apresentou a CTB, fundada em dezembro de 2007, em Belo Horizonte. De acordo com o palestrante, a Central conta com mais de mil entidades filiadas e está presente em 27 estados, agrupando cerca de 10% dos trabalhadores, sendo a quarta em tamanho no país. Ele explica que a Central foi fundada por iniciativa de ex-militantes da CUT, e que seus princípios estão alicerçados na defesa de um sindicalismo classista, autônomo, plural e de massas. “Queremos construir a unidade com outras centrais”, diz.

A CTB tem uma posição crítica em relação aos governos do PSDB, como o de São Paulo, defendendo a reação das categorias contra o arrocho salarial, as privatizações e outros. Em relação ao governo Dilma, a CTB pede que estabeleça um diálogo real com a população – “pois até agora atendeu mais os empresários”, como enfatizou Nobre –, para

negociar principalmente o fim do Fator Previdenciário e a redução da jornada de trabalho.

Adi dos Santos, metalúrgico da Mercedes, é presidente da CUT estadual de São Paulo pela segunda vez. Ele relata aos presentes que a CUT foi fundada em 1983, no final do regime militar, ganhando sindicatos em todo o país e expulsando os antigos “pelegos” de suas direções. “Fundar uma Central naquele período era um grande desafio, pois os movimentos sociais eram muito reprimidos”, lembra.

Para ele, é um equívoco comparar os governos Lula/Dilma aos antecessores do PSDB: “Na década de 90, dando continuidade às políticas neoliberais de Collor, FHC reformou a Previdência Social, flexibilizou direitos, criou o Fator Previdenciário. O governo Lula interrompeu esse processo de desmonte do Estado. E não é possível negar que houve mudanças nestes últimos 12 anos. É claro que não mudou o sistema político, pois não houve uma revolução, mas temos uma gestão de esquerda dentro de um país capitalista”.

O representante da CUT critica a pulverização do movimento sindical em várias centrais. “Essa fragmentação tem como resultado o avanço do neoliberalismo em São Paulo, por

exemplo”, conclui.

Magno de Carvalho, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), iniciou sua apresentação dirigindo um agradecimento aos servidores técnico-administrativos da Unesp, incumbido pela assembleia de sua categoria. “Vocês foram nossos grandes parceiros na greve de 2014, poderiam ter retornado antes ao trabalho, mas ficaram conosco até o final”. Ele avalia que a luta será grande em 2015, pois o objetivo das reitorias é impor um modelo que representa o desmonte das universidades.

Ele relata que a CSP-Conlutas surgiu como “espaço de reorganização das entidades sindicais combativas, descontentes com o papel conciliador e governista” da CUT. Foi constituída como desdobramento do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004, em Luziânia (GO). A Central procura se estruturar de forma mais ampla, agrupando não somente sindicatos, mas também oposições sindicais e entidades de outros movimentos (populares, estudantis, de mulheres etc.). “Esse modelo é fundamental num cenário de crise”, destaca.

Segundo Magno, a avaliação da CSP-Conlutas é que o sistema capitalista vive uma crise estrutural,

Os temas debatidos no X Congresso

que teve um pico em 2008, mas que se mantém até hoje. “Nos países emergentes, como o Brasil, ela se manifesta com mais força agora e, com certeza, também trará reflexos para nós, trabalhadores das universidades.” Lembrando que a crise independe de quem está no governo,

ele não tem dúvida de que a ação do governo é fundamental para proteger mais um setor ou outro contra ela.

“Não podemos enfrentar essa crise sozinhos. Convidamos vocês, servidores, a construir juntos conosco o projeto da nossa Central”, encerra Magno.

A votação sobre filiação do Sintunesp a alguma Central não esteve em pauta no X Congresso. A avaliação da maioria dos presentes é que o debate deve prosseguir.

Chapão: A importância da nossa participação nos órgãos colegiados

Desde a sua fundação, em 1989, o Sintunesp sempre procurou estar próximo das Associações locais, com o objetivo de fortalecer a organização da categoria em todos os espaços possíveis.

A relação entre as Associações e o Sintunesp foi se aprofundando, até que em 1995 foi montado, pela primeira vez, o “Chapão das Entidades” para concorrer aos órgãos colegiados centrais da Universidade (Conselho Universitário, CADE, CEPE e outros). No final de julho daquele ano, foram realizadas eleições prévias, que indicaram os candidatos que seriam apoiados pelo Sindicato e pelas Associações. Esta forma de organização persiste até hoje.

O fato de a categoria dos servidores ter uma representação pequena nos Órgãos Colegiados da Universidade (15%) não impede que sua atuação seja coesa e combativa. Isso tem levado a várias conquistas. Além disso, os representantes do “Chapão” participam de boa parte das comissões criadas pelos Órgãos Colegiados.

Antes das reuniões do Conselho Universitário (CO) e de outros Colegiados, o Sintunesp e os membros do



“Chapão” reúnem-se para discutir os assuntos que entrarão na pauta e definir uma estratégia de atuação conjunta.

No X Congresso dos Trabalhadores da Unesp, alguns representantes eleitos pelo “Chapão” falaram sobre essa experiência.

Por que participar?

Reinaldo Cervatti Dutra, do *campus* de Bauru, é representante

junto ao Conselho Universitário (CO). Ele considera que, numa sociedade democrática, a participação coletiva é, acima de tudo, um direito. “Sabemos que a Universidade não é democrática como deveria ser, pois sua gestão segue a cartilha neoliberal do governo do PSDB há anos, onde um dos principais ingredientes é o sucateamento do serviço público”, avalia. “Mas é nossa obrigação participar e lutar para que



Da esq. p/ a dir.,
Tiago (Rio Claro),
Reinaldo (Bauru) e
Márcia
(Guaratinguetá),
representantes do
“Chapão das
Entidades” nos
órgãos
colegiados

a democracia realmente aconteça em nossa Universidade.”

O fato de os servidores técnico-administrativos terem um “peso” de somente 15% nestes órgãos não é fator de desânimo para Reinaldo. “Somos poucos dentro dos colegiados, mas podemos incomodar muito com nossas falas, fazendo cobranças das demandas da categoria e denunciando tudo o que considerarmos errado.”

Tiago José Borguezon, de Rio Claro, representante junto ao CO e ao Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE), concorda com ele. “Nossa organização é importante, pois somente com ela podemos convencer, por meio de argumentos, mudanças na Universidade e conquistas para a nossa carreira, uma vez que

somos minoria nas cadeiras de qualquer colegiado.”

Em sua exposição no X Congresso, Tiago falou sobre as atribuições do CADE, órgão que diz respeito diretamente à nossa carreira, pois nele são deliberados assuntos relacionados à administração da Universidade. “Neste colegiado, são compostas várias comissões que estudam a fundo questões da Universidade, como a Comissão de Orçamento, que apresenta a previsão orçamentária do ano subsequente ao CADE, que posteriormente é encaminhado para deliberação no Conselho Universitário”, explicou. Tiago relatou que, dentre as várias comissões criadas no CADE, nas quais temos representantes técnico-administrativos, em 2014, em meio à crise financeira

estabelecida, e com a pressão exercida por meio de nossa greve, foi criado o Grupo de Gestão Administrativa, que visa a estudar saídas para a atual crise financeira e administrativa da Unesp.

Márcia Querido Moreira, de Guaratinguetá, representante junto ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE), considera que 2015 será um ano muito importante para o nosso Sindicato, com lutas e conquistas para a categoria. “E será também um ano repleto de eleições”, lembrou ela, referindo-se ao Conselho Fiscal e à direção do Sintunesp (Diretoria Colegiada e Conselho de Diretores de Base), bem como aos órgãos colegiados locais e centrais.

Márcia tem certeza de que a forte greve de 2014 trouxe crescimento político à categoria e, com isso, o surgimento de novas lideranças. “Queremos o envolvimento de todos para fortalecer o Sindicato e a nossa participação nos órgãos colegiados.” Frisando que o “Chapão das Entidades” foi criado para isso, para promover a participação responsável e comprometida com o Sindicato e as Associações, Márcia conclama todos a se engajarem nessa empreitada. “Vamos eleger para nossos representantes aqueles que realmente estão dispostos a colaborar.”



Os temas debatidos no X Congresso

Debate sobre Imposto Sindical expôs opiniões e concepções distintas. Maioria optou pela cobrança

O X Congresso dos Trabalhadores da Unesp debateu a pertinência ou não de o Sintunesp adotar a cobrança do Imposto Sindical, também chamado de Contribuição Sindical.

O assunto vem sendo discutido de forma mais sistemática desde o início de 2013, quando entrou em pauta numa assembleia realizada em fevereiro. Chegou a ser avaliado nas assembleias de base daquele ano, mas nenhuma decisão foi adotada. A opção foi remeter a questão para o congresso da categoria.

O que é

O Imposto Sindical corresponde a um dia de salário dos trabalhadores e é descontado no mês de março de cada ano. Do valor retido de cada trabalhador, 60% ficam com o respectivo sindicato e os 40% restantes são direcionados para federações, confederações e Ministério do Trabalho.

Até 2002, a cobrança só era feita junto aos trabalhadores da iniciativa privada, sendo proibida nas categorias de servidores públicos. A partir de 2003, a lei mudou e passou a permitir o desconto também dos servidores públicos.

O debate

No X Congresso, as opiniões se dividiram. Para os defensores da cobrança, não é justo que todos os servidores da Unesp, filiados ou não, usufruam das conquistas alcançadas pela categoria a partir da organização no Sindicato, sem contribuir para isso. Eles consideram que a cobrança do imposto seria uma forma de levar os não filiados a contribuírem efetivamente com a entidade representativa da categoria. Aos filiados, seria devolvido o valor correspondente à parte que fica com os sindicatos (60% do valor). Os valores que permanecessem em poder da entidade seriam usados para

impulsionar as atividades de organização, formação e de filiação de mais trabalhadores ao Sindicato.

Para os contrários à proposta, a adesão ao Sindicato deve ser resultado da consciência do trabalhador e não uma obrigação. Eles destacaram as origens históricas do Imposto Sindical, criado na década de 50, durante o governo de Getúlio Vargas, na época com o objetivo de controlar os sindicatos. Os delegados contrários consideram que, se o Sindicato depende apenas das filiações para garantir sua receita, obriga-se a propor políticas de defesa ativa dos interesses de sua categoria, com vistas a ampliar a confiança e o quadro de filiados. Além disso, defendem uma maior ação do Sintunesp junto à categoria, para conquistar mais sindicalizados.

Feito o debate, a maioria dos presentes votou a favor de o Sindicato adotar o Imposto Sindical. Devido aos prazos, isso ocorrerá a partir de 2016.

Grupos de trabalho

Contribuições dos delegados estimularam inclusão de temas importantes e também foram para debate nos grupos

De acordo com o previsto nas regras do X Congresso dos Trabalhadores da Unesp, os delegados puderam apresentar contribuições sobre assuntos diversos e de interesse da categoria: atuação do Sintunesp em relação aos CCIs; Cipas; criação de uma Comissão de Mulheres etc. Junto com os temas já previstos nas palestras (*veja a cobertura nas páginas anteriores*), as contribuições foram levadas para discussão nos grupos de trabalho. As propostas aprovadas nos grupos, em cada um dos temas, seguiram para votação na plenária final.

Nas páginas a seguir, confira todos os itens aprovados na plenária final

Plenária final

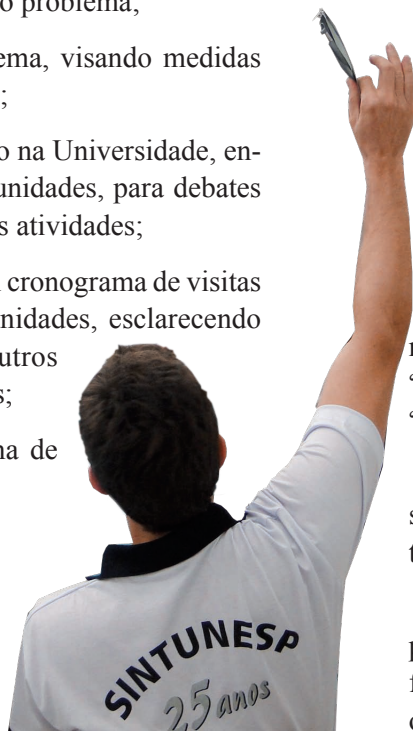
Propostas aprovadas no X Congresso dos Trabalhadores da Unesp



Sobre o tema “trabalho e assédio moral”

- Elaboração de uma cartilha do Sintunesp sobre o tema, a ser distribuída na categoria;
- Elaboração sistemática de materiais sobre o tema, como folders e textos nos jornais da entidade, bem como ações para esclarecer os servidores sobre o problema;
- Incentivo à pesquisa sobre o tema, visando medidas preventivas e não apenas corretivas;
- Preparo de um dia de paralisação na Universidade, envolvendo todos os segmentos nas unidades, para debates sobre o tema, com palestras e outras atividades;
- O Sintunesp deve estabelecer um cronograma de visitas do seu departamento jurídico às unidades, esclarecendo diversas situações de assédio e outros assuntos de interesse dos servidores;
- Ter o assédio moral como tema de formação sindical;
- Que o Sindicato seja mais atuante junto às administrações locais nas unidades, agindo conjuntamente nas SIPATs e eventos destinados aos servidores, esclarecendo as situações de assédio e coação moral;

- Incentivar o contato com outras unidades, para saber o que está acontecendo, por meio de listas de e-mail;
- Estimular o envolvimento político e a conscientização dos servidores sobre o tema do assédio, relacionando-o ao uso de ferramentas como o ADP, para defesa e preservação do servidor, por meio de cursos, palestras e mesas redondas;
- Promover curso de formação política para os Diretores de Base da entidade, para que possam fazer a conscientização dos funcionários sobre os males do assédio moral, num verdadeiro “trabalho de formiguinha” no dia a dia;
- Criar um canal no Sindicato para receber especificamente as denúncias de assédio moral;
- Promover palestras sobre o tema, de forma sutil e sensível, propondo que sejam aproveitadas na pontuação do ADP. Poderiam ser intituladas de “Deveres e obrigações dos servidores públicos” ou “O toyotismo inserido na Universidade”;
- Buscar uma maior proteção aos representantes sindicais, para que façam seu trabalho com mais tranquilidade nas unidades;
- Em casos constatados, promover a abertura de processos contra os assediadores, visando inibir futuros atos, de forma a servir de exemplo contra o assédio moral.



Propostas aprovadas na plenária final

Sobre o tema “sucateamento do serviço público”

- Levar à nossa comunidade informações sobre os objetivos da Universidade, para municiar os servidores na luta contra o sucateamento do serviço público;
- Resgatar, nas unidades, os projetos que envolvam o atendimento à comunidade;
- Promover denúncias públicas – nos órgãos colegiados, *Jornal do Sintunesp* e redes sociais – sobre a atuação das empresas terceirizadas que não prestam serviço adequadamente e/ou superexploram seus funcionários;
- Reivindicar a contratação imediata de mais servidores, com a abertura de novos concursos para suprir o subquadro;
- Trabalho contínuo de conscientização, por meio de panfletagem e uso das mídias sociais, mostrando à sociedade que ela precisa dos nossos serviços e como pode se beneficiar com eles;
- Participar mais ativamente em ações conjuntas com outras entidades do serviço público, em âmbito local, estadual e federal, estimulando a união entre as várias categorias do funcionalismo;
- Lutar pelo fim das terceirizações;
- Lutar contra a privatização dos serviços públicos em geral;

- Promover campanhas sistemáticas junto ao público externo sobre a real situação da Universidade, buscando meios para atingir o maior número possível de pessoas.

Sobre o tema “Iamspe”

- Que o Sintunesp reivindique a possibilidade de adesão ao Iamspe para os servidores celetistas que desejarem;
- Reivindicar a implantação de Centros de Assistência Médica Ambulatorial (Ceamas) em mais cidades polo;
- Que o Sintunesp promova estudos sobre quantas cidades atendem pelo Iamspe e a disponibilidade de médicos;
- Após a elaboração dos estudos, fazer a denúncia sobre o sucateamento do Hospital do Servidor Público, por meio da Assembleia Legislativa e do *Jornal do Sintunesp*;
- Reforçar a participação do Sintunesp junto à Comissão Mista Consultiva (CCM) do Iamspe;
- Cobrar, nos órgãos colegiados e nas mobilizações de greve, os devidos repasses orçamentários pelo governo do estado de São Paulo;
- Reforçar a campanha pela não desvinculação dos servidores estatutários do Iamspe, mostrando os prejuízos que isso pode lhes acarretar;
- Que o Sindicato elabore um documento solicitando à

Debate nos grupos

Todos os temas apresentados nas palestras, bem como as contribuições dos delegados, foram debatidos nos grupos de trabalho. Dali, surgiram as propostas a serem votadas na plenária final



Propostas aprovadas na plenária final

Assembleia Legislativa que vote um projeto de ampliação da rede Iamspe, principalmente onde haja *campus* da Unesp;

- Solicitar ao Iamspe que promova políticas de recepção para inclusão de novos médicos;
- Defender a criação de um conselho para avaliação e controle de prestação de contas do Iamspe, mostrando de forma transparente todos os custos e aplicações totais das contribuições arrecadadas dos servidores públicos, e qual é a contribuição do Estado;
- Defender a criação de uma administração geral própria para o Iamspe, com cargos eleitos;
- Solicitar a reabertura de inscrições para agregados.

Sobre o tema “a importância da participação nos órgãos colegiados”

- Fortalecimento do “Chapão das Entidades”, buscando uma adesão maior das Associações locais. Estimular os associados a cobrar um maior empenho das Associações que ainda não participam do processo de formação do “Chapão”;
- Manter os critérios atuais para inscrição dos servidores ao “Chapão”.
- Elaborar mais boletins informativos sobre o processo de formação e importância do “Chapão”, descritivos amplos sobre os candidatos e explicações sobre cada órgão colegiado.

Sobre a cobrança de Imposto Sindical

- Que o Sintunesp implemente a cobrança do Imposto Sindical a partir de 2016 (*confira debate na página 11*).

Sobre os “Centros de Convivência Infantil (CCIs)” da Unesp

- Defender a mudança da nomenclatura das ADIs do CCI para ‘Professoras’, de acordo com a LDB - Art.89 - Das Disposições Transitórias: *As creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se-ão ao*

respectivo sistema de ensino ;

- Defender a contratação de mais servidores técnicos-administrativos para o CCI, na função de Agente de desenvolvimento infantil;
- Defender a padronização de condições de trabalho na Educação Infantil, ou seja, baseadas nas creches da USP, nas quais as condições são muito melhores, tanto no quesito espaço físico, como no quesito número de funcionários, como também na execução pedagógica;
- Defender a revisão da política para os Centros de Convivência Infantil, elaborada pela Comissão Técnica dos CCIs da Unesp com a participação de uma funcionária de cada *campus* da Universidade;
- Defender o cumprimento da Resolução Unesp nº 07, art. 1 inciso II - constituir-se espaço de pesquisa, ensino e extensão, facilitando, desenvolvendo e participando de atividades no campo da educação infantil, em articulação com as diversas áreas de conhecimento presentes na Unesp.
- Contribuir para a realização de um encontro geral do segmento.

Sobre as “Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) da Unesp”

- Defender a institucionalização da CIPA no âmbito da Reitoria, como das demais unidades administrativas da Universidade;
- Defender a extensão do mandato da CIPA para dois anos;
- Defender a destinação de uma área física (sala) para a CIPA, que sirva para a guarda de documentos, bem como para realizar atendimentos e reuniões mensais;
- Defender que cada unidade disponibilize, dentro da distribuição orçamentária, uma verba exclusiva para a CIPA;
- Defender a liberação do presidente da CIPA de suas atividades, caso necessário, bem como dos demais integrantes da comissão por um período mínimo de uma hora semanal para realizar visitas e fazer plantão na sala da Comissão;
- Defender a implantação da CIPA dentro do sistema SOC, software adquirido pela Reitoria, o qual gerencia as atividades de saúde e segurança do trabalho, bem como o curso de capacitação para ele;

Propostas aprovadas na plenária final

- Defender a formalização do Encontro de CIPAs anualmente, sendo colocado dentro do calendário de eventos do COSTSA;
- Participação mais ativa do Sintunesp em atividades locais, como as SIPATs.

Comissão de Mulheres do Sintunesp

- Criar uma Secretaria de Mulheres no Sindicato, subordinando-a a alguma das Coordenadorias do Sintunesp, com o papel de centralizar as denúncias contra os casos de assédio contra as servidoras, bem como para estimular o debate sobre as questões de gênero na categoria.

Outras propostas aprovadas

- A partir do próximo Congresso, que o período de credenciamento seja estendido até a primeira hora do segundo dia de trabalho, para facilitar a participação de delegados que, porventura, não consigam chegar a tempo no primeiro dia.
- Que a Coordenadoria de Imprensa do Sintunesp atue no sentido de uma maior valorização das bases, dando maior destaque nos jornais e boletins às atividades locais durante as mobilizações;
- Que o Sintunesp faça contato com a direção central do SESC, a fim de verificar a possibilidade de convênio que permita o uso de suas dependências por todos os servidores sindicalizados.
- Nas unidades em que os Diretores de Base julguem necessário, que o Sintunesp estude a possibilidade de adquirir equipamentos (caixa amplificadora de som, microfone, megafone, guilhotina para corte de panfletos), bem como a confecção de camisetas estampadas com o logotipo do Sindicato, de modo a facilitar e impulsionar o trabalho sindical.

Alterações estatutárias

Os delegados presentes ao X Congresso dos Trabalhadores da Unesp aprovaram algumas alterações no Estatuto do Sintunesp, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e corrigir distorções. O Estatuto é o documento que rege o Sindicato, definindo sua forma de organização, responsabilidades de seus dirigentes, direitos e deveres dos associados, entre outras.

A versão atualizada do Estatuto, com as alterações aprovadas no X Congresso, será disponibilizada no *site* do Sindicato.

Moção contra a punição aos estudantes

Os delegados presentes ao X Congresso dos Trabalhadores da Unesp aprovaram uma moção de repúdio à repressão em curso na Universidade. No momento de encerramento do Congresso, havia uma grande indignação entre os servidores contra a suspensão por 60 dias de 95 estudantes, como punição por haverem participado da ocupação da reitoria na greve de 2013. A moção foi enviada à reitoria, às entidades do movimento sindical e estudantil.

Pouco após a conclusão do Congresso, no final de janeiro/2015, por ocasião da elaboração deste caderno, mais dois fatos lamentáveis aconteceram: a expulsão de 17 estudantes em Araraquara (por ocuparem a diretoria local durante a greve de 2014) e a abertura de uma “Apuração preliminar” contra sete servidores docentes e um técnico-administrativo em Presidente Prudente, como produto de denúncias anônimas. Mais dois sinais inequívocos da existência de uma escalada repressiva na Universidade, como tentativa de intimidar a comunidade.

O Sintunesp seguirá na luta: **Nenhuma punição aos que lutam em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e democrática!**





*Delegados e convidados no X Congresso dos
Trabalhadores da Unesp*

Sintunesp

Sindicato dos Trabalhadores da Unesp

Praça da Sé, 108, 2º andar - Centro (SP), Cep: 01001-000. Fone: (11) 3105-0645.

Subsede Botucatu: (14) 3882-8826.

E-mail: sintunesp@uol.com.br Site: www.sintunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb. 19.458).

Tiragem: 2.400 exemplares